FACES DA VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP.

Dayane Siqueira ¹, Graciele Correia Melo ¹, Larissa Marques Menani ¹, Stefânia Ciriaco de Jesus Sanches ¹, Juliene Aglio Parrão

Graduanda em Serviço Social das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Assistente social, Professora e Coordenadora do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Email: Day.siqueira@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho aborda a violência contra a pessoa idosa que é uma realidade presente no âmbito da sociedade. Ela se expressa tanto na esfera familiar, quanto na omissão do Estado em viabilizar políticas públicas que sejam efetivas no cotidiano dessa população e de suas famílias. A atenção aos idosos por meio da intersetorialidade nas ações desenvolvidas pelas instituições governamentais e não governamentais, partindo desde a prevenção, promoção e atenção aos idosos e suas famílias, que por vezes encontram-se sem os auxílios necessários para garantir os direitos de seus familiares que se encontram na velhice e apresentam inúmeras necessidades, cuidados e atenção singulares, apresentando-se assim, como vitimizadores dos idosos. Objetiva-se com isso modificar a visão preestabelecida sobre a velhice, apresentando-se também como uma das possibilidades para superar a violação de direitos desses cidadãos, garantindo-lhes assim, o respeito e a dignidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Cuidador; Idoso; Políticas Públicas; Violência.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto das pesquisas realizadas pelo grupo de Iniciação Científica do curso de Serviço Social das “Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente, o qual tem como tema central Faces da Violência, teve por finalidade apresentar os fatores e as formas de violência ocorridas contra as pessoas idosas na esfera da sociedade e suas formas de prevenção, atenção e rompimento desta realidade, bem como ressaltar a consolidação de políticas públicas voltadas para essa nova demanda emergente, cujo fator de aumento é acentuado pelo aumento da expectativa de vida das pessoas, demonstrando as baixas taxas de natalidade e mortalidade no país que acarreta no envelhecimento cada vez maior da população, isso traz a necessidade de um trabalho articulado entre os setores para o enfrentamento de uma nova expressão da questão social.

Dentro do corpo do texto foram utilizados vários livros de vários autores, mas o enfoque maior será dado através da bibliografia da escritora Minayo, que aborda a violência sofrida pelos idosos dentro da sociedade seu processo de envelhecimento e a necessidade de trabalhos voltados para atender essa demanda.

O presente artigo segue dividido em partes, onde na primeira parte encontra-se a introdução na qual é apontado um direcionamento sobre o assunto abordado.

A segunda parte pontua a categoria violência, foi analisada a categorização do termo violência.

A terceira parte destacou as formas de violência que ocorrem com os idosos dentro da sociedade, seja em âmbito doméstico ou a violência intrafamiliar. Destacará os direitos assegurados a estes e as responsabilidades do Estado, Sociedade e Família para com a vida dos idosos no país.

Na quarta parte apontou as redes de serviços de proteção, desenvolvendo uma análise sobre os trabalhos referenciados no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) com objetivo de prevenir as situações de risco e os serviços de proteção especial para pessoas idosas desenvolvidos no CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social). Logo discutimos sobre a importância do desenvolvimento de ações intersetoriais, com a família dos idosos, seus cuidadores e junto à sociedade, a fim de prevenir e romper com as várias formas de violência contra a população idosa.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por bolsistas e voluntárias do grupo de Iniciação Científica, sob a Coordenação da Professora Juliene Parrão. O grupo de pesquisa tem como tema central: As Relações Sociais Contemporâneas e, como linha de pesquisa: O Estado, Sociedade e Desenvolvimento.

Para a abordagem do tema, foi utilizado o método dialético, que possibilita uma análise crítica das relações sócio-históricas construídas, e dos determinantes da realidade permitindo assim a compreensão do fenômeno discutido em sua totalidade.

As técnicas utilizadas foram, pesquisa bibliográfica pelo uso de artigos, livros e a pesquisa documental por meio de embasamento em leis.

RESULTADOS

Podemos constatar que apesar das legislações vigentes que garantem os direitos dos idosos, existem vários fatores que influenciam a violação dos direitos dessas pessoas, tais como a visão da sociedade em relação a esta fase da vida, o não acesso, ou acesso precário as políticas públicas, massificação dos idosos, entre outros aspectos.

Considerando que, geralmente um membro da família acumula a função de cuidador da pessoa idosa, se faz necessário que o Estado, por meio das políticas públicas materializada em serviços, programas e projetos, possibilite que a família cumpra sua função protetiva, assegurando assim, o acesso da pessoa idosa aos seus direitos.

DISCUSSÃO

Para a discussão acerca da violência contra a pessoa idosa, fenômeno social presente na sociedade, se faz de relevância mencionar que, considera-se idoso, segundo a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso/1994 e o Estatuto do Idoso/2003, pessoas a partir de sessenta (60) anos de idade.

O processo de envelhecimento torna o cidadão impossibilitado de certas atividades cotidianas, cria-se uma dependência de outras pessoas no que diz respeito a cuidados domésticos, por isso o cuidado com idosos primordialmente deve ser garantido por sua família que deve zelar junto a eles pela própria vida e está regulamentado em lei, no artigo 4º da Política Nacional do Idoso (1994, p.7):

III- priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência.

Quando, o autor da violência é um sujeito próximo ao idoso, que possui um vínculo afetivo caracteriza a violência como intrafamiliar. Assim, de acordo com o Caderno do Ministério da Saúde (BRASIL, 2007, p.28), “violência intrafamiliar é qualquer ato, único ou repetitivo, ou omissão, que ocorra em qualquer relação supostamente de confiança, que cause dano ou incômodo à pessoa idosa”. A violência intrafamiliar ocorre no âmbito fora de seu lar, seja por um vizinho, cuidador, amigo.

A exposição da pessoa idosa a diversas formas de violência pode ocorrer em todas as camadas sociais da sociedade, Minayo ressalta “[...] a vulnerabilidade própria da idade e do lugar que ocupam torna os pobres e miseráveis as maiores vítimas da violência.” (2010, p. 14).

Outra forma de violência é caracterizada como violência doméstica que é muito presente no processo de envelhecimento, visto que se registram muitos casos em que o autor da violência é identificado como o próprio familiar da vítima, seja um filho, neto ou o próprio cônjuge, é abordado este como um problema nacional e internacional, mas que infelizmente no Brasil os

números apontados ainda são insuficientes para delimitar os casos de violência que sofrem os idosos (MINAYO 2010, p.33).

Dessa forma, é possível classificar a violência como a maneira em que a sociedade é direcionada, seja pelos seus valores morais impregnados que perpassa de gerações, mas que recentemente tem possibilitado uma reflexão mais ampla no trato com a pessoa idosa.

Sendo assim, de acordo com a Política Nacional do Idoso (1994) afirma que este fenômeno social se configura nas formas física, psicológica, sexual, abandono, negligência, econômica e/ou financeira.

Compreender os diferentes contextos que os idosos são postos é importante para identificar o tipo de tratamento que recebe e constatar se os familiares, ou instituições, ou Estado cumprem realmente com o dever de zelar pela vida dessas pessoas, como destaca Ritt (2008 p 128):

Assim, a questão do Idoso torna-se imprescindível, razão pela qual a própria Constituição Federal, de 1988 determinou como já referida que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (art 229); tendo” a família, a sociedade e o Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Os idosos de hoje necessitam sentir esse amparo social e familiar para a sua caminhada, trabalhar pela sua interação dentro das atividades coletivas pode lhes proporcionar uma vida mais digna, o contrário é o mesmo que jogá-los a margem da exclusão social. Toda a legislação criada para assegurar esses direitos obtidos por eles e reforçar o quanto a instituição familiar, sociedade e Estado tem a responsabilidade de proporcionar o cumprimento destes, e promover a promoção destes idosos quando não tem garantido os seus direitos como destaca Ritt (2008, p. 128):

[...] pelo aumento da expectativa de vida e da população idosa, surgem novos desafios, inerentes a esta realidade mundial, com relação aos cuidados com os idosos, ou seja, às responsabilidades do Estado, da sociedade e, principalmente da família.

O ambiente familiar é propício para fortalecer vínculos com os mesmos e principalmente para diminuir o impacto nas doenças acometidas pela idade como também é importante desenvolver uma consciência e um respeito ao próximo de que todos os idosos são sujeitos de direitos como todos.

Deste modo, para apoiar a família no exercício de sua função protetiva, o Estado propicia políticas públicas, entre a política de assistência social que tem como perspectiva equidade social, maior acessibilidade e qualidade dos serviços socioassistenciais as famílias/indivíduos e sua ampliação na lógica do direito, a fim de que todos os cidadãos em especial os que se encontram em situações de Vulnerabilidade e/ou risco social, como o caso dos idosos, em decorrência do ciclo da vida em que se encontram, para que tenham acesso à proteção necessária. Desta forma, Couto menciona que (2010, p. 41):

A Política Nacional de Assistência Social situa a assistência social como Proteção Social não contributiva, apontando para a realização de ações direcionadas para proteger os cidadãos contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais ou sociais.

Com tudo, promover ações em âmbito preventivo de valorização e estimulação de interações entre as gerações, junto à família, comunidade e a população idosa, por meio de um trabalho articulado junto às políticas públicas, como saúde, assistência social, justiça entre outras, se faz de essencial relevância, de forma que permitam com que os sujeitos tenham conhecimento sobre o processo do envelhecimento, suas modificações, suas necessidades, potencialidades.

Já que, de acordo com Zimerman (2000, p. 51) “Muitas vezes a família têm dificuldades para entender essas mudanças de papéis e lidar com elas.” Portanto, deve-se por meio de um trabalho contínuo promover clareza as famílias para que compreendam tais questões que se apresentam em sua realidade, com o intuito de que saibam como proceder mediante as situações que se apresentam no cotidiano familiar.

O Sistema Único de Assistência Social (2005) organiza de forma hierarquizada os serviços da Assistência Social, ou seja, por nível de ação, sendo esses: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2008, p.36):

A assistência social é organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS) [...] As ações da assistência social são organizadas em dois tipos de proteção básica e especial, desenvolvidas e/ou coordenadas pelas unidades públicas: Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS).

Assim, a política de Assistência Social desenvolve suas ações em unidades distintas, sendo o Centro de Referência de Assistência Social e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

Todos os Centros de Referência da Assistência Social tem que desenvolver obrigatoriamente a gestão da rede sócio-assistencial, de proteção social básica no território. Desta forma, este serviço proporciona o acesso dos usuários de diversos benefícios de transferência de renda, garantidos por meio da efetivação de políticas públicas como: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (ao idoso a partir dos 65 anos e deficiente que não tenha contribuído com a Previdência Social- BPC), Renda Cidadã, Serviço de Fortalecimento de Vínculos Familiares; entre outros.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), o Centro de Referência de Assistência Social deve ser um espaço que possibilitem prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Já em situações de violações de direitos, o trabalho é de competência da Proteção Social Especial materializada nos Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

A equipe interdisciplinar irá trabalhar com o idoso vitimizado e com o autor da violência, de forma a compreender as relações que se estabelecem dentro deste núcleo familiar, na perspectiva de resgatar e fortalecer vínculos.

A viabilização das informações sobre os direitos a população idosa também é fundamental, já que é a partir do conhecimento das legislações vigente que respaldam sobre seus direitos, é possível exercê-los, fazendo valer-se em seu cotidiano. Sobre isso Siqueira (2007, p. 213) salienta que: “O Estado falha ao negligenciar a divulgação de informações sobre seu conteúdo para parcela de idosos brasileiros”.

Portanto, se faz de relevância explicitar por meio de ações educativas aos idosos o que a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003) trazem sobre seus direitos, violações e o que se caracterizam situações de violência de forma clara, simples e objetiva, para que assim tenham conhecimentos sobre as legislações que os protege, já que tais ações permitem atuar na prevenção de situações de risco, como também na atenção aos idosos que não tem conhecimento de que estão sendo vitimizados, bem como, suas famílias que não possuem a compreensão de que estão sendo vitimizadores.

O que mais ocorre na maioria das formas de violência contra idoso, é que o autor da violência é membro da família acumulando a função de cuidador do idoso, e devido ao estresse, acabam praticando a violência. Entretanto, faz de relevância ressaltar que a família não pode ser

culpalizada neste processo, visto que também é dever do Estado apoiar - lá na garantia dos direitos da pessoa idosa.

CONCLUSÃO

Romper com esta realidade vivenciada pelos idosos e suas famílias é um desafio a ser superado por toda a sociedade, já que garantir a proteção ao idoso é dever de todos, família, sociedade e Estado.

Implantar e desenvolver ações por meio de políticas governamentais e não governamentais, que garantam o rompimento dessa realidade com ações preventivas, tanto na esfera da saúde, assistência social, educação, justiça, cultura, esporte e lazer, entre outras políticas, por meio da intersetorialidade, utilizando-se assim, da incompletude institucional, com o intuito de viabilizar o suporte necessário para que as famílias tenham condições sociais, psicológicas, financeiras e físicas para garantir os cuidados necessários junto à pessoa idosa.

Deve-se realizar um trabalho contínuo e qualificado com os idosos vitimizados e seus vitimizadores, que por vezes se apresentam como seus familiares, identificando assim, os fatores que influenciaram tal ocorrência e desta forma trabalhá-las, por meio da articulação entre as diversas políticas públicas e sociais.

Desenvolver ações junto à sociedade em geral, a fim de possibilitar a desmistificação da velhice que é introduzida aos sujeitos, como algo negativo, indesejável, também se apresenta como uma das ações a serem desenvolvidas com a população infanto-juvenil e adulta, para que tenham compreensão a respeito desta fase da vida, as necessidades e possibilidades dos idosos no cotidiano, já que, a partir do conhecimento é possível romper com a discriminação, com formas de violência vividas pelos idosos, a fim de assegurar seus direitos e garantindo o respeito e a dignidade desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Estatuto do idoso**: lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. São Paulo;

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional do Idoso**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010;

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. – 1. – Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2008.

BRASIL. **Caderno de violência contra a pessoa idosa**. Dispõe sobre a violência contra a pessoa idosa: orientações gerais. São Paulo, 2007. Disponível em:<http://www.saude.sp.gov.br/resources/profissional/aceso_rapido/gtae/saude_pessoa_idosa/caderno_violencia_idoso_atualizado_19jun.pdf>. Acesso em:10 Març 2013.

COUTO, Berenice Rojas... [et. al]. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira. **Manual dos cuidadores de pessoas idosas**. [coordenação geral Áurea Eleotério Soares Barroso]. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta,2009;

DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira. **Manual dos formadores de cuidadores de pessoas idosas**. [coordenação geral Áurea Eleotério Soares Barroso]. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta,2009;

MINAYO MCS. **Violência contra o idoso**: O avesso do respeito à experiência e sabedoria. Brasília (DF): Secretaria dos Direitos Humanos, 2005;

NERI, Anita Liberalessoet al. **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007;

RITT, Caroline Fockink; RITT, Eduardo. **O estatuto do idoso**: aspectos sociais, criminológicos e penais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008;

SANTOS, Silvia Maria Azevedo dos. **Idosos, família e cultura**: um estudo sobre a construção do papel do cuidador. Campinas: Alínea, 2003;

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000-2005.